

# A disciplina/profissão de conservação-restauro: uma ciência recente e o seu desenvolvimento em Portugal

Francisca Figueira

*Laboratório José de Figueiredo, Rua das Janelas Verdes, n.º 37 1249-018 Lisboa, Portugal*  
franciscafigueira@yahoo.com

## Resumo

A disciplina de conservação-restauro, cujos primeiros passos datam do final do século XIX, ganhou maior notoriedade após a conferência internacional de 1930, organizada em Roma, pela Secção Internacional de Museus da Liga das Nações. Os conservadores dos países anglo-saxónicos, nomeadamente Inglaterra e Estados Unidos, pela sua liderança em publicações científicas sobre o estudo científico e deontológico da disciplina, influenciaram o mundo ocidental. No entanto a confusão que se gerou pela sobreposição de termos com significados diferentes nesses países e na Europa Ocidental fez com que o desenvolvimento da profissão e da disciplina em Portugal — que se tinha iniciado no seio dos museus e até essa data se tinha mantido próximo da evolução anglo-saxónica —, tivesse um retrocesso. São apresentadas duas tabelas sobre o panorama de países europeus pertencentes à ECCO. É abordado ainda o tema da falta de empregabilidade de conservadores-restauradores nas instituições museológicas do Estado português.

The conservation-restoration profession/discipline: a recent science and its development in Portugal

## Abstract

The modern concept of the discipline of conservation saw its first discussions towards the end of the 19th century. Its greater notoriety, however, began after 1930 at the international conference in Rome, organized by the International Office of Museums of the League of Nations. Anglo-Saxon countries such as England and the United States, through their leading publishing activity, influenced the western world on the deontological and scientific development of the conservation discipline. The confusion that derived from the overlapping terms with different meanings in these two countries and Western Europe negatively influenced the development of the profession and the discipline in Portugal — which until then had had a similar historic development within the museum's staff. Herein are presented two tables on the evolution panorama of the conservation movement in some Western countries. The question of the lack of work positions in the Portuguese museum institutions is also discussed.

## Palavras-chave

Conservação-restauro  
História  
Formação  
Ensino  
Emprego  
Instituições  
Terminologia

## Keywords

Conservation-restoration  
History  
Education  
Training  
Workplaces  
Institutions  
Terminology

ISSN 2182-9942

## Introdução

Com este texto pretende-se aflorar o surgimento recente da disciplina/profissão de conservação-restauro no mundo ocidental e o seu desenvolvimento pouco controlado e tardio em Portugal, abordando questões que se prendem com o excesso de oferta de ensino superior estatal de uma profissão cujo exercício se efectua maioritariamente no domínio privado num contexto em que o Estado não tem meios adequados de supervisão que acautelem a salvaguarda do património cultural.

Neste texto coexistem diversos termos para designar a disciplina conforme a época: restauração; restauro; conservação e restauro; conservação-restauro; e conservação. Em 1885 a disciplina era designada por restauração, designação que surge no primeiro livro publicado em Portugal sobre o tema — *Restauração de Quadros e Gravuras* de Manuel de Macedo (Figura 1) [1]. Na década de 1930, Luciano Freire, no relatório das intervenções em pinturas que efectuou entre 1911 e 1933, já utilizava a designação de restauro [2]. No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46758, que, em 1965, criou o Instituto José de Figueiredo (IJF), este é referido como instituto de restauro de obras de arte. Nas atribuições do IJF, definidas

no Decreto-Lei n.º 383/80, que o reestrutura, é referida a conservação e restauro de bens culturais móveis. O Decreto-Lei n.º 55/2001, que define as carreiras museológicas, manteve a expressão conservação e restauro para a disciplina e adoptou o termo conservador-restaurador para o profissional com licenciatura pré-Bolonha. O termo conservação, utilizado isoladamente, começa a ser hoje referido no meio universitário [3-5].

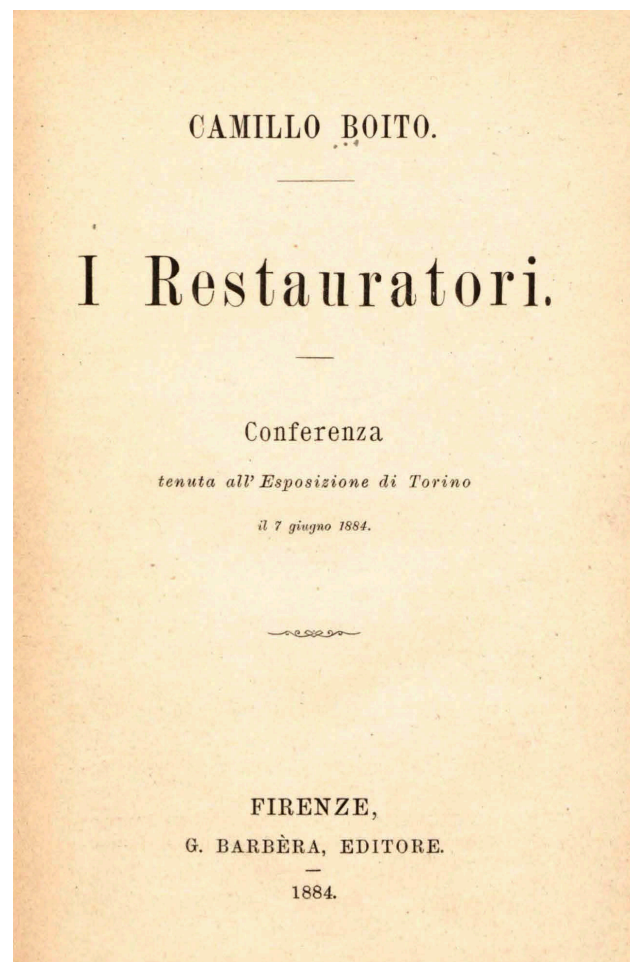
## Desenvolvimento da disciplina

Embora tenha sido na segunda metade do século XX que a disciplina de conservação e restauro se desenvolveu mais, foi apenas no dealbar do século XXI que ela atingiu, na Europa continental e no universo das profissões museais, o reconhecimento de paridade com outras profissões e carreiras do universo do património cultural, como a de conservador de museu ou a de arquitecto [6,7].

No entanto, a conservação de objectos e edifícios tem uma longa história. Foi nos finais do século XIX, inícios do século XX, à época com a designação restauração, que se iniciaram os debates conducentes ao conceito moderno da conservação [8]. Este conceito impôs-



**Figura 1.** Página de rosto do primeiro livro de restauro publicado em Portugal.



**Figura 2.** Página de rosto do livro de Camillo Boito onde é apresentado um conceito moderno de conservação.

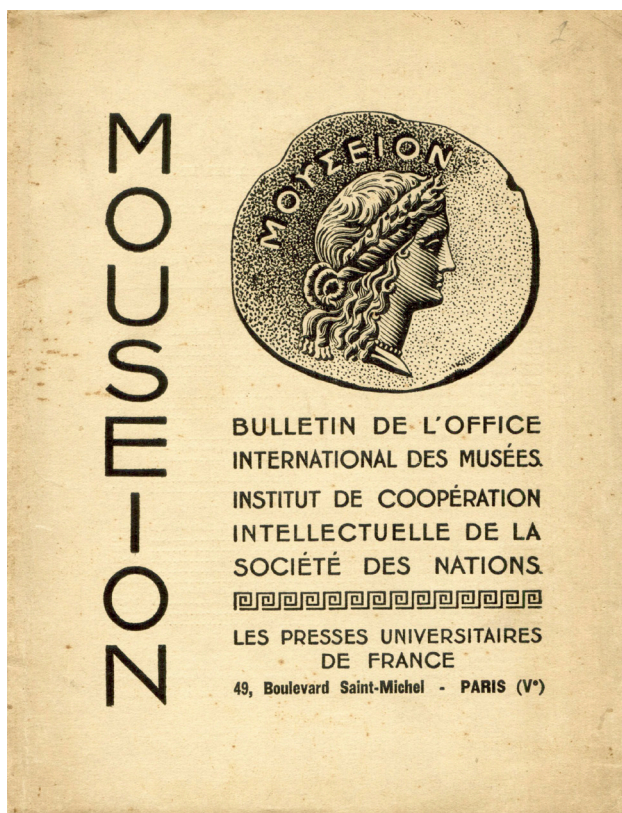


se inicialmente no âmbito do património edificado, através de Camillo Boito, considerado o primeiro teórico com essa perspectiva, no livro *I Restauratori*, de 1884 (Figura 2) [9], depois na arqueologia, através de Friedrich Rathgen, no livro *Die Konservierung von Altertumsfunden*, de 1898 [10], e na pintura, através do livro *Manuel de la Conservation et de la Restauration des Peintures*, de 1939, editado de forma anónima por Harold Plenderleith, George Stout e Helmut Ruhemann [11]. Outros profissionais, como é o caso de Pietro Edwards cuja actividade se desenvolveu entre 1778-1819, distinguiram-se na sua época, mas sem a mesma notoriedade internacional [12]. Alguns museus foram pioneiros no conceito moderno da conservação, nomeadamente o Staatliche Museen de Berlin (1888) [8], o Nationalmuseet de Copenhaga (1890) [13] e o Muzeum Narodowe de Varsóvia (1922) [14].

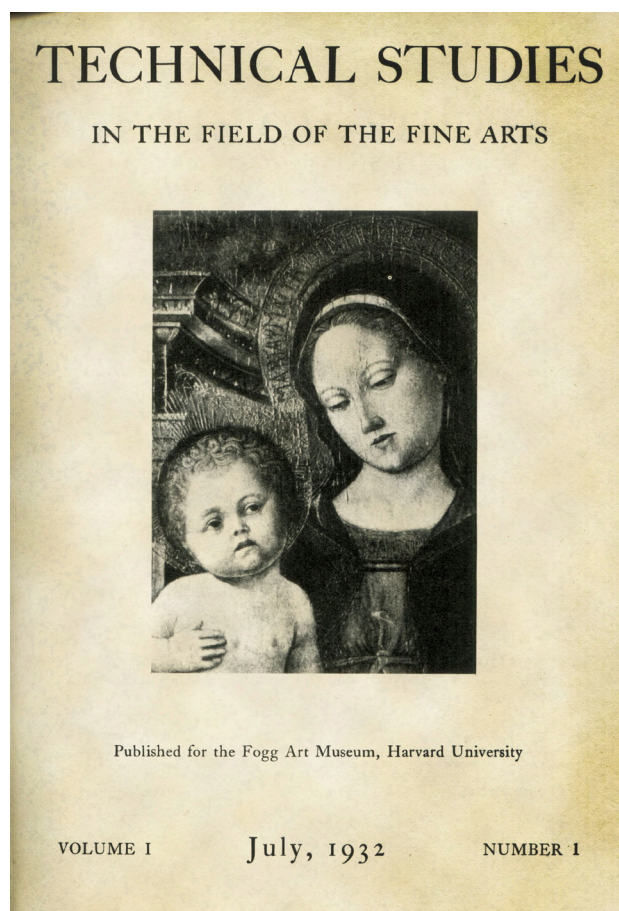
Segundo alguns autores, o surgimento da conservação de arte como profissão data da fundação do International Institute for the Conservation of Museum Objects (IIC), em 1950 [15]. Para outros, as bases do desenvolvimento científico e deontológico da disciplina de conservação-restauro assentaram sobretudo na conferência internacional de 1930, organizada em Roma, pela Secção Internacional de Museus da Liga das Nações, que incidiu sobre “the scientific methods employed for the examination and conservation of paintings” [16] e que esteve na origem do já citado *Manuel de la Conservation et de la Restauration*

*des Peintures*. A importância e a divulgação internacional do conceito moderno da conservação que resultou desta conferência foram reforçadas e continuadas pelos estudos e intervenções publicados nas revistas *Mouseion – Revue Internationale de Muséographie* (1927-1946) [17] e *Technical Studies in the Field of the Fine Arts* (1932-42) [10, 16] (Figuras 3-4).

Embora muitos países de influência anglo-saxónica, a partir dos anos 30 e no seguimento da conferência de Roma, tenham adoptado os termos *conservator* e *conservation* para fazer face ao novo conceito de conservação que incluía um estudo e tratamento ponderado, mantiveram os termos *restorator* e *restoration* para os profissionais que se dedicavam mais a reconstruir e para a sua actividade, respectivamente. Os países da Europa continental, no entanto, continuaram a utilizar os termos restauro e restaurador, pois o termo conservador (de museus) já era utilizado para designar o *curator* anglo-saxónico, nomeadamente em Portugal como se verifica na “Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto”, de 1911 [18], e em França, como se vê na revista *Mouseion* em 1930 [19]. Poderá ter sido essa a razão para a Europa não adoptar os termos conservação e conservador para a actividade de conservação-restauro?



**Figura 3.** Capa do primeiro número da revista *Mouseion*, de 1927, publicada pelo Office International des Musées, Paris.



**Figura 4.** Capa do primeiro número da revista *Technical Studies in the Field of the Fine Arts*, de 1932, publicada pelo Fogg Art Museum, de Harvard.

Embora o termo *restoration* sugerisse um trabalho que frequentemente extravasava os limites de um tratamento consciencioso, o mesmo continuou a ser usado nos Estados Unidos, sendo pouco utilizado o termo *conservation* [16]. A título de exemplo, no Metropolitan Museum de Nova York, foi introduzido na designação desta classe profissional com a contratação, em 1941, de Murray Pease como *Technical advisor for the conservation of works of art* e como *Conservator* em 1949. Até aí a conservação era da responsabilidade do director e dos curadores, muitos deles com atribuições no estudo técnico, na preservação e no tratamento das colecções [20], ainda que um texto dos arquivos do Smithsonian Institute refira que George Stout foi contratado como *conservator* e *lecturer* no Fogg Art Museum onde chefiou o *Conservation department* entre 1933-1947 [21].

Possivelmente na sequência da existência destes perfis profissionais, os países anglo-saxónicos implementaram o ensino académico de restauro, definido com o nível de pós-graduação (*master*) — nomeadamente, em 1946, o curso do Courtauld Institut of Art, em Londres, e, em 1960, o curso do Institute of Fine Arts, da New York University. Ou seja, nos países anglo-saxónicos, a profissão de restaurador foi desde cedo integrada no universo dos museus tendendo-se mantido esta prática até aos nossos dias. Na Europa continental era prática comum que a formação em conservação e restauro fosse feita em contexto de trabalho nos organismos vocacionados para esta prática, mantendo-se os profissionais, quase exclusivamente, nestas instituições e não nos museus. Numa publicação do Museums and Monuments Division, da Unesco, de 1960, não parece haver dúvidas que, também, alguns conservadores de museu se dedicavam à conservação e restauro, sendo referido, que os *curators* podiam adquirir formação prática na reparação e tratamento de objectos de arte no Courtauld Institute e em *colleges* americanos [22].

Na década de 1980, a Europa continental acrescentou o termo conservação ao de restauro, passando ambos os profissionais, o conservador (de museu) e o restaurador a confluir para um objectivo comum: o prolongamento de vida e acessibilidade da peça [23-25]. Os termos conservação-restauro e conservador-restaurador foram então oficialmente adoptados pelos organismos europeus representantes da profissão [26] e do ensino [27].

## Desenvolvimento da disciplina em Portugal

A evolução da conservação em Portugal apresenta alguns paralelismos, nomeadamente no que respeita ao estudo material das obras, com o que ocorreu noutros países. O primeiro livro sobre *Restauração de Quadros e Gravuras* data de 1885 [1] e é de autoria de Manuel de Macedo, um curador de arte que sobre o retoque, numa perspectiva mais próxima da conservação do que do

restauro, escreveu que “deve apenas empregar-se nos pontos em que haja faltas de tinta — e nesses, ainda assim, com muita parcimónia” [1].

Em 1909, José de Figueiredo, então director do MNAA, convidou o pintor Luciano Freire, da Academia Real de Belas Artes, para se ocupar da beneficiação e restauro dos painéis encontrados em São Vicente de Fora na oficina de beneficiação de pintura, situada no Convento de São Francisco [28, 29]. Segundo João Couto, Luciano Freire iniciou um novo período “pondo em prática um novo sistema que consistia em restaurar, não no sentido de fazer de novo, mas no sentido de reparar os quadros, restituindo-lhes o aspecto e a frescura que tinham na origem” [30]. Luciano Freire, em 1910, integrou a Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal — composta também por Ramalho Ortigão, Manuel de Macedo, José de Figueiredo e D. José Pessanha —, chegando a ser presidente da mesma [31]. Em 1911, foi nomeado director do Museu dos Coches e, a partir de então, desempenhou durante muitos anos um papel importante MNAA, substituindo o director José de Figueiredo na sua ausência [32]. Teve um percurso equiparado ao dos *conservators*, seus contemporâneos, dos países anglo-saxónicos.

Poucos anos depois, na década de 1920, em Portugal e em paralelo com outros países ocidentais, os primeiros estudos materiais de pinturas com recurso a meios analíticos foram realizados pelo pintor Carlos Bonvalot com o apoio do médico Luís Quintela, [33] cirurgião e director do hospital de Cascais [34]. Bonvalot adquiriu formação em restauro em Paris e em Roma, tendo sido convidado por José de Figueiredo para ocupar a vaga deixada por Luciano Freire na oficina de restauro. Em 1935, por iniciativa de João Couto e com o apoio do físico Manuel Valadares, foram adquiridos para a oficina de restauro do MNAA reagentes e materiais necessários à análise química dos pigmentos [35]. Esta é data para a criação informal do Laboratório para o Exame das Obras de Arte. No ano seguinte João Couto conseguiu autorização para a montagem de um aparelho de raios X. “Ao contrário do que se possa supor, introduzir a radiografia num Museu não era, nesta época, acto pacífico, sucedendo que tal decisão não tinha noutros países boa aceitação por parte de historiadores, críticos de arte e conservadores” [36].

Face ao tempo de Luciano Freire, e já no final da década de 40, verificou-se, em Portugal e na Europa continental, um retrocesso no estatuto e na autonomia do restaurador. João Couto assiste à primeira reunião da Assembleia Internacional dos Museus, em 1948 em Paris, da qual resultou a criação de uma comissão composta por 13 nações “encarregada de discutir o problema e de, em complemento das importantes decisões do Congresso de Roma de 1930, formular um conjunto de regras que, de certo modo, orientasse museus e oficinas quanto à forma de conduzir no futuro o trabalho da beneficiação das pinturas” [37]. Mais tarde, na conferência de Roma, de 1949, foi discutida a necessidade de restringir

**Tabela 1**

Primeiras instituições de conservação e estabelecimentos de ensino ou cursos de conservação

País	Ano	Instituição ou curso
Alemanha	1888	Staatliche Museum of Berlin [39]
	1937	Doerner Institut – State Institute for Technical Tests and Research in the Field of Painting [40]
	1948	<i>Institut für Technologie der Malerei in Stuttgart</i> [41]
Áustria	1934	<i>Akademie der Bildenden Künste in Vienna</i> [42]
	1938	Restaurierwerkstaetten Kunstdenkmalflege [43]
Bélgica	1934	Institut Royal du Patrimoine Artistique [44]
	1981	École de La Cambre – <i>Conservation-restauration des Œuvres d'Art</i> [45]
Dinamarca	1890	Danish National Museum [13]
	1973	The Royal Danish Academy of Fine Arts – <i>School of Conservation</i> [46]
Espanha	1961	Instituto Central de Restauración de Obras de Arte, Arqueología y Etnología [47]
	1966	Instituto Central de Restauración de Obras de Arte, Arqueología y Etnología – <i>Escuela de Artes Aplicadas a la Restauración</i> [48]
Estados Unidos	1928	Department of Technical Studies at the Fogg Art Museum [16]
	1952	Oberlin Intermuseum Conservation Association in Cleveland, First Regional Center [49]
	1960	New York University, Institute of Fine Arts – <i>Conservation Center</i> [50]
França	1932	Laboratoire du Département des Peintures du Musée du Louvre [51]
	1968	Laboratoire de Recherche des Musées de France [51]
	1977	<i>Institut de Formation des Restaurateurs d'Oeuvres d'Art (IFROA)</i> [52]
Itália	1939	Istituto Centrale del Restauro [53]
	1942	Istituto Centrale del Restauro – <i>Scuola per l'Insegnamento del Restauro</i> [53]
Polónia	1922	National Museum in Warsaw [14]
	1929	Conservation Studio at National Library [14]
	1947	<i>Akademia Sztuk Pięknych w Warszawie</i> [14]
	1972	Academy of Fine Arts in Warsaw – <i>Faculty of Conservation of Works of Art</i> [54]
Portugal	1935	Museu Nacional de Arte Antiga – Laboratório para o Exame das Obras de Arte [32]
	1965	Instituto José de Figueiredo [55]
	1981	Instituto José de Figueiredo – <i>Curso de Técnico de Conservação e Restauro</i> [56]
	1989	Escola Superior de Tecnologia de Tomar – <i>Curso de Conservação e Restauro</i> [57]
	1989	<i>Escola Superior de Conservação e Restauro de Lisboa</i> [58]
Reino Unido	1928	British Museum – Department of Scientific and Industrial Research [16]
	1946	Courtauld Institut of Art – <i>Course in the Restoration of Paintings</i> [59]
Suiça	1951	Schweizerisches Institut für Kunstwissenschaft (SIK-ISEA) [60]
	1963	Schweizerisches Institut für Kunstwissenschaft (SIK-ISEA) – <i>Education program with Dr. Thomas Brachert</i> [61]

A itálico e a cor estão indicados as instituições de ensino ou os cursos.



a autonomia dos restauradores e “estabelecer em termos claros a parte que Conservadores, Cientistas e Restauradores têm no decorrer da beneficiação de um quadro” [37]. Couto, numa conferência proferida na Sociedade de Belas Artes em Junho de 1951, afirmou: “O próprio trabalho do restaurador é hoje vistoriado. Um dos problemas mais discutidos na Conferência de Roma, de 1949, foi o de saber até que ponto é legítimo deixar o restaurador trabalhar por si só, sem a colaboração activa e, até certo ponto fiscalizadora, dos Conservadores dos museus e dos peritos dos laboratórios”. Descrevendo o procedimento de beneficiação de uma pintura, disse: “Resolvido superiormente o restauro de uma pintura, ela é subida no ascensor, ao andar mais elevado, onde é entregue aos cuidados do técnico do laboratório. Já neste momento um conservador encarregue de estabelecer a ligação entre a oficina e, para os quadros do Museu, a Direcção do mesmo, se prepara para elaborar a «ficha de exame prévio» da pintura. (...) Os resultados obtidos [pelos exames de área] são descritos na primeira ficha que o conservador e o técnico do laboratório continuam a organizar. Com ela devidamente preenchida, a pintura desce para a oficina do restaurador”. Embora, de seguida, refira que “a intervenção começa lentamente, continuamente discutida e apreciada pelas pessoas interessadas — conservadores, físicos, químicos e restauradores” [37], a descrição dos procedimentos sugere que o restaurador participava quase exclusivamente na execução da intervenção, não sendo contemplado na fase prévia de avaliação e definição da mesma.

À semelhança do que se verificava noutros países da Europa continental, os conservadores de museu em Portugal associavam a sua designação profissional à designação *conservator* dos países de língua anglo-saxónica, como se depreende de uma referência de João Couto em que diz ter recebido “uma comissão de peritos, composta pelos srs. Murray Pease, conservador encarregado do Laboratório do Museu Metropolitano de Nova Iorque, A. K. Doolittle, técnico químico e Richard

D. Buck, conservador do Fogg Art Museum” [37]. Sucede que Buck e Pease eram ambos restauradores (*conservators*), embora Pease fosse também conservador de museu (*curator*) [38].

Para esta alteração do estatuto do restaurador parece ter concorrido a confusão que se gerou na Europa continental entre os termos conservador (designação corrente para o conservador de museu ou, hoje, curador) e *conservator* (correspondente ao restaurador e, hoje, conservador-restaurador) e, por outro lado, à conotação negativa, entretanto atribuída nos países anglo-saxónicos, aos designados *restorator*. Terão os restauradores da Europa continental sido identificados com estes últimos?

A criação oficial de uma instituição autónoma dedicada à conservação e restauro, o Instituto José de Figueiredo, ocorreu um pouco tardiamente quando comparado com outros países (Tabela 1 [39-61]), apenas em Dezembro de 1965 [55]. Ficou sediado num edifício construído de raiz para esse fim, junto ao MNAA (Figura 5), onde em 1946 tinham sido reunidos a Oficina de Beneficiação de Pintura e o Laboratório para o Exame das Obras de Arte do MNAA [62].

## Formação em Portugal

Foi nos países de influência anglo-saxónica que apareceram os primeiros cursos académicos ao nível do actual 2.º ciclo universitário, nomeadamente, no pós-guerra, no Technology Department of the Courtauld Institute [63]. Embora na América do Norte só em 1960 se tenha iniciado o ensino da conservação [50], este foi, salvo raras excepções, sempre leccionado pelas universidades [64]. Na Europa continental, o ensino iniciou-se, na maioria dos países, fora das universidades, mas com um nível superior equivalente ao 1.º ciclo universitário. Exceptuando alguns países da Europa Central e de Leste em que a formação universitária era de 5 anos, o ensino manteve-se ao nível do bacharelato até ao final do século XX [65]. A maior parte dos países considerados na Tabela 1 começaram essa formação antes da década de 70. Na Europa continental o ensino geral universitário foi, e continua a ser, mais direccionado para um ensino teórico quando comparado com os países de influência anglo-saxónica, realidade que terá dificultado e atrasado o ensino da conservação e restauro, com forte componente prática, na universidade.

## Formação antes de Bolonha

Em Portugal, sabe-se que até à reforma das Belas Artes em 1911 não existia, no ensino artístico, qualquer disciplina dedicada ao restauro de obras de arte [66]. Apesar de nessa reforma ter sido contemplada uma cadeira de “conservação e restauração de monumentos” [18], Sousa Rocha refere que “as reformas do ensino artístico anteriores a 1957, desde o início da República até 1932, alcançaram sempre maiores formulações no papel (e até



**Figura 5.** Edifício construído na década de 1940, ao lado do MNAA, para a Oficina de Beneficiação de Pintura e o Laboratório para o Exame das Obras de Arte.



**Figura 6.** Tratamento de pinturas, em 1948, na Oficina de Beneficiação de Pintura do MNAA, que esteve na origem do Instituto José de Figueiredo. Da esquerda para a direita: Emérico Nunes, Abel de Moura, Manuel Bentes e Manuel Reys Santos. Fotografia: DGPC/Arquivo de Conservação e Restauro.

no papel de decreto) do que verdadeiras alterações em conteúdos, no terreno” [67]. No campo dos bens móveis e bens integrados a formação superior apenas começou na década de 80.

João Couto refere que “após a morte do Professor Freire, se pensou, alargar a acção da oficina de restauro e, sobretudo, aproveitar as excepcionálissimas qualidades de Fernando Mardel”, que tinha ocupado a vaga deixada pela morte daquele em 1934 [30]. Afirma, ainda, que se pretendia que fosse “criada uma escola para a formação de aprendizes e futuros colaboradores, [mas] verificou-se que era necessário criar novos meios de trabalho e casa adequada para esse fim” [68]. Esta ideia, anterior a 1938 — data em que se iniciou a construção do novo edifício — não chegou, no entanto, a ser concretizada e a escola não chegou a ser criada, sendo a formação em restauro, até à década de 80, feita por aprendizagem em contexto de trabalho no IJF.

De acordo com os dados recolhidos no arquivo do Laboratório José de Figueiredo (LJF), que é o herdeiro do IJF, foi possível constatar que, dos 38 restauradores que trabalharam no IJF entre 1965 e 1980 e que ingressaram na profissão antes da década de 70, a maioria tinha apenas a escolaridade obrigatória (4.<sup>a</sup> classe) e tinha sido integrada como auxiliar nas diferentes oficinas e secções que eram chefiadas por restauradores com habilitações mais

elevadas e formação artística na área das obras a restaurar. Por sua vez, esses restauradores com formação mais elevada efectuaram estágios em instituições estrangeiras, maioritariamente em Itália e na Bélgica. O Institut Royal du Patrimoine Artistique, a título de exemplo, oferecia estágios de especialização a estrangeiros desde praticamente o seu início [44].

Desses 38 aprendizes/restauradores, 31 ingressaram na Oficina de Beneficiação, mais tarde IJF (Figuras 6 e 7). A partir de 1965, os novos funcionários, salvo duas excepções, ingressaram com formações mais elevadas, tendo alguns deles efectuado também estágios no estrangeiro. Entre 1969 e 1970, durante a direcção de Abel de Moura, os auxiliares que tinham ingressado no IJF apenas com a escolaridade obrigatória transitaram para a categoria de ajudante de restaurador e, pouco depois, entre 1973 e 1975, transitaram para a categoria de restaurador. Transições entre categorias, algumas delas muito céleres, não tornaram a ocorrer, sendo que ainda hoje continuam a existir no LJF artífices de conservação e restauro, técnicos auxiliares de conservação e restauro e conservadores-restauradores.

Em Portugal, tal como em Itália e em Espanha, foi no âmbito dos institutos de conservação (IJF em Portugal) que se iniciaram, embora um pouco tardiamente, os cursos profissionais de conservação e restauro (Tabela 1). O



**Figura 7.** Outro aspecto da Oficina de Beneficiação de Pintura (secção de reentelagem e fixação da pintura sobre madeira), provavelmente, em 1948. Fotografia: DGPC/Arquivo de Conservação e Restauro.

primeiro curso teve início em Março de 1981 e funcionou apenas uma vez. Era de nível pós-secundário e foi concebido para reforçar o quadro do IJF, dando acesso à carreira específica de Técnico de Conservação e Restauro, situada no topo da pirâmide das carreiras criadas, em 1980 [69]. Esta carreira era indexada uma letra abaixo da carreira de técnico superior e duas acima da carreira de técnico do regime geral da função pública, tendo um estatuto especial conforme referido no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 245/80: “A par do historiador, do arqueólogo, do etnógrafo, do historiador de arte, do químico e de outros especialistas das ciências humanas e naturais, surge o técnico de conservação e restauro”. Esse curso de Técnico de Conservação e Restauro teve a duração de 5 anos — onde se incluíam 2 anos de estágio [56]. Ainda que André Remígio pretenda que o curso tinha 3 anos, pois considera que o estágio de 2 anos não era parte integrante do curso [70], não é isso que se conclui do despacho de 26 de Fevereiro de 1987, publicado no *Diário da República*. Com efeito, aí é especificado que as duas classificações consideradas para admissão (formação teórico-prática + estágio) se destinam aos “candidatos

que concluíram com aproveitamento o curso de formação profissional de técnico de conservação e restauro (formação teórico-prática e subsequente estágio)” [71]. Interessa ainda notar que, à época, a entrada para a função pública não era precedida por um período de estágio, pelo que o estágio referido só podia fazer parte integrante do curso [72].

Depois, com financiamentos do Fundo Social Europeu, foram leccionados cursos de 3 anos de nível pós-secundário no âmbito da Conservação do Património Cultural (CPC). Foram organizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional em colaboração com o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) — na Biblioteca Nacional (BN), em 1988, e no Arquivo Nacional de Fotografia (ANF), em 1989 — e em colaboração com a União das Misericórdias, no Instituto Rainha D. Leonor, em 1987. O número de profissionais então formados foi reduzido (dois a quatro por curso) tendo sido os formandos dos cursos da BN e do ANF absorvidos pelas respectivas instituições.

Já com base na definição da profissão apresentada no Congresso de 1984 do International Council of



**Tabela 2**

A formação em conservação-restauro na Europa em 2006

País	População (milhões de pessoas)	Formação não-superior em conservação-restauro	Formação superior em conservação-restauro				Acreditação dos conservadores-restauradores
			N.º de cursos	Nível	Duração (anos)	Doutoramento	
Alemanha	83,3	Não	9	MA	(3+2); (3+1)	Sim	
Áustria	8,2	Não	2	MA	5	Sim	
Bélgica	10,3	?	2	MA	4; 5		
Dinamarca	5,4	Não	1	MA	(3+2)	Sim	
Eslováquia	5,4	Sim	1	MA	5	Sim	Sim
Espanha	45,0	Não	5	BA; MA	3; (3+2)	Sim	
Finlândia	5,2	Não	1	BA	4		
França	60,8	?	4	MA	5	Sim	
Holanda	16,5	Não	2	BA; MA	4; 5		
Irlanda	4,2	Não	1	BA; MA	3; 5		Sim
Itália	59,7	?	3	BA	4		
Noruega	4,5	Não	1	MA	5	Sim	
Portugal	10,1	Sim	3	MA	4; 5; (3+2)	Sim	
Reino Unido	59,8	Não	13	BA; MA	?	Sim	Sim
Suécia	8,9	Não	2	BA; MA	4		
Suíça	7,3	Não	4	BA; MA	3; 4; 5		

Museums-Conservation Committee (ICOM-CC) [23], em 1989 foram criados, com o grau de bacharelato, os primeiros cursos académicos no âmbito do ensino politécnico: na Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar (IPT/ESTT) [57] e na Escola Superior de Conservação e Restauro de Lisboa (ESCR) [58]. Embora o curso da ESCR tivesse apenas o grau de bacharelato, a duração de 4 anos (3 anos + 1 de estágio) e a estrutura curricular desta formação fez com que fosse informalmente reconhecido como licenciatura, por comparação com outros cursos universitários de conservação-restauro, pela European Network of Conservation-Restoration Education (ENCoRE). Esta avaliação foi feita em 1997 durante o primeiro encontro europeu dos representantes dos estabelecimentos de ensino superior académico em conservação e restauro organizado pela ENCoRE, em Dresden. No entanto, o movimento criado pelos alunos no sentido de obter esse reconhecimento legal foi abafado pela Comissão instaladora da ESCR, que fez aprovar uma portaria com alteração da duração do curso, iniciando-se o ano de estágio (o 4.º ano) no decorrer do 3.º ano [73]. Esta medida gorou as expectativas dos alunos da escola de obterem equivalência ao grau de licenciatura. O diploma que criou a ESCR contemplava ainda um Curso de Estudos Superiores Especializados (CESE) em

conservação e restauro que, no entanto, nunca chegou a ser implementado.

Em 1998 e 1999, os dois cursos com o nível de bacharelato evoluíram para o grau de licenciatura pré-Bolonha, primeiro o do IPT/ESTT [74] e depois o da ESCR, este já na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — que deu continuidade ao curso da ESCR, entretanto extinta [75]. As alterações introduzidas por estes cursos foram contempladas na legislação de 2001 com a criação da carreira de conservador-restaurador [6].

### Formação superior pós-Bolonha

Desde 2004 que a *ECCO Professional Guidelines III* reconhece o grau de mestrado precedido de licenciatura em conservação-restauro (3+2 anos) como exigência mínima para a entrada na profissão. No entanto, a reforma iniciada pelo Processo de Bolonha, em 2006, veio confundir e alterar esse acesso à profissão lançando no mercado profissionais com apenas 2 anos de mestrado em conservação-restauro precedido de licenciatura noutra área de formação ou profissionais com apenas 3 anos de licenciatura. A reforma do ensino superior de 2005-6 permitiu o surgimento de mais cursos de mestrado e de licenciatura que contribuam para aumentar o número de

profissionais. Permitiu ainda a existência de níveis mais baixos de formação superior e assim foram abertos cursos de ensino tecnológico (CET) onde os alunos iniciam a sua formação com o 12.º ano incompleto e fazem um ano de ensino superior (60 ECTS) [76]. Já no ano lectivo de 2014/2015, foram homologados cursos superiores de dois anos, sem equivalência a grau académico [77]. Certamente que no âmbito desses cursos surgirá alguma formação em conservação-restauro.

## Formação não superior

O sistema de funcionamento hierárquico do IJF terá influenciado o legislador do Decreto-Lei n.º 245/80 ao criar quatro carreiras de conservação e restauro cujo acesso se fazia através de níveis de ensino diferente [69]. Com o mesmo intuito de redimensionar as áreas de marcenaria, talha e têxteis do IJF, tiveram início, respectivamente, em Março de 1981 e em Março de 1982, cursos de Artífice de Conservação e Restauro (um estágio de 2 anos) e de Técnicos Auxiliares de Conservação e Restauro (2 anos + 1 ano de estágio) apenas na área de têxteis [78].

Também com financiamentos do Fundo Social Europeu no âmbito dos CPC, com base na legislação que regulamentou os vários níveis de conservação e restauro, surgiram em 1988, numa iniciativa do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), cursos de curta duração (2 anos) de formação de artífices que era suposto complementarem as equipas de restauro nas áreas de madeira (especialização em talha, mobiliário e suportes de madeira de tectos pintados) e de pintura decorativa e estuques. Porém, os formandos, que igualmente foram em número reduzido, não foram absorvidos pelo Estado, tendo ingressado no mercado de trabalho privado.

Com base na mesma legislação das carreiras de conservação e restauro [69] e no mesmo ano em que se iniciaram os primeiros cursos superiores académicos, iniciaram-se também, ao nível do ensino secundário, os primeiros cursos profissionais na Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, fundada pela Câmara Municipal de Sintra, a qual passou a formar assistentes de conservação e restauro. Segundo a própria escola, 70 % dos alunos formados foram directamente integrados no mercado de trabalho [79]. Actualmente existem quatro escolas profissionais que leccionam este nível de ensino.

Certamente ainda com base na legislação de 1980 [69] e de 2001 [6], que estabeleceram e perpetuaram carreiras de conservação-restauro ao nível do ensino secundário, a Comissão Interministerial para o Emprego, em 2003 [80], atribuiu a área de formação n.º 215 — artesanato — à conservação e restauro, classificação esta que se mantém ainda hoje para todos os graus de ensino em conservação-restauro, incluindo o universitário [81]. Apoiados pela legislação existente e a inclusão da formação na área do artesanato, proliferam nesta área cursos de apenas alguns dias ou semanas dirigidos a um público vasto acolhidos por

entidades com responsabilidades na área do património cultural, no âmbito da administração local e central. Infelizmente a própria Direcção Geral do Património Cultural reconheceu no seu sítio electrónico [82] o ensino de conservação e restauro em estabelecimentos de ensino público ou privado de níveis não reconhecidos pela Associação dos Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), pela ECCO ou pela ENCoRE.

## Algumas considerações

### Sobre o exercício da profissão em Portugal

Como é que se explica a falta de conservadores-restauradores nos quadros dos museus portugueses? Existem várias razões que podem ter contribuído para isso.

Em primeiro lugar, o conflito de competências, já referido, que se gerou na Europa continental desde 1930 e a baixa escolaridade que predominou nos profissionais do IJF até finais da década de 1970, poderá explicar a pouca articulação que existia entre a museologia e a conservação e restauro.

Em segundo lugar, na década de 1980, talvez ainda resultante da confusão com as designações *conservators*, conservadores de museu, *restaurators* e restauradores — pois os museus anglo-saxónicos membros no ICOM não tinham *restaurators* nos seus quadros — as instituições portuguesas não sentiram necessidade de incorporar restauradores nos seus quadros. Isso pode-se ver no decreto-lei, de 1980, que reestruturou os serviços e quadros de pessoal dos museus dependentes do então IPPC que, no artigo 2.º, refere que compete aos museus, “conservar todo o conjunto de espécies que formem o seu património” [83], mas que não contempla a existência de uma carreira onde se pudessem inserir os profissionais com formação em conservação e restauro. Consequentemente, os técnicos da carreira específica de técnico de conservação e restauro que foi criada em Julho de 1980 ficaram impossibilitados de ingressar nos quadros dos museus.

Com o Decreto-Lei n.º 55/2001, que criou a carreira de conservador-restaurador e a equiparou às carreiras de técnico superior do regime geral, seria expectável que alguns conservadores-restauradores formados pelas universidades ingressassem nos quadros dos museus, mas uma crescente falta de meios financeiros, e algum desinteresse, por parte do Estado não permitiu esse ingresso.

A falta de empregabilidade no sector público para conservadores-restauradores contrasta fortemente com a dos *conservators* no Reino Unido. Segundo um levantamento efectuado pela associação inglesa, The Institute of Conservation (ICON), sobre a empregabilidade dos *conservators*, em 2013 existiam 3175 profissionais assalariados, dos quais 995 estavam empregados no sector público, 960 em instituições sem fins lucrativos e 1220 no sector privado [84].

Este percurso deficiente da conservação-restauro no sector público nacional contribuiu para o estado actual da supervisão deficiente dos trabalhos de conservação-restauro em património que a lei exige [85], numa profissão que se encontra quase na totalidade no sector privado. Também uma avaliação deficiente que muitas vezes se verifica por parte das entidades estatais e privadas que tutelam o património, pela ausência de conservadores, restauradores nos seus quadros, faz com que surjam, com alguma frequência, casos de intervenções sem os critérios da conservação-restauro moderna.

## Sobre o ensino

A definição de várias carreiras organizadas hierarquicamente que a legislação portuguesa instituiu não parece ter tido grande paralelo fora de Portugal, conforme mostram os resultados de um inquérito, actualizados em 2006, feito quando a autora era responsável pelo *Education group* da ECCO (Tabela 2). Infelizmente esse sistema hierárquico manteve-se em 2001, quando se definiram as carreiras de conservação e restauro para os organismos da administração central com atribuições na área da museologia e da conservação e restauro do património cultural sob a tutela do Ministério da Cultura [6]. Em Espanha, a *Ley orgánica de la educación*, datada de 2006, no artigo 56.º, sobre as “enseñanzas de conservación y restauración de bienes culturales”, determinou que para o ingresso no ensino da conservação-restauro o aluno deveria possuir o 12.º ano do ensino secundário [86]. Também segundo um relatório recente do ICON, no Reino Unido, 78 % dos profissionais da área da conservação-restauro têm formação de, pelo menos, o 1.º ciclo universitário e na faixa etária dos 30 aos 39 anos essa percentagem passa para 98 % [84].

Até hoje, de norte a sul de Portugal, muitos outros cursos universitários e mistos proliferaram de forma insustentada, formando em poucos anos (1993-2012) um número excessivo de profissionais que não encontram postos de trabalho na administração central nem, salvo excepções, na administração local. A título de exemplo, considerando somente os alunos do ensino superior reconhecido pela ARP/ECCO/ENCORE, em 2010 o número de formados ascendia a 1187 [87].

Fazendo uma leitura da Tabela 2, pode-se ver que em 2005 a oferta de ensino em Portugal, nomeadamente em pintura e escultura, tendo em conta o número de habitantes, era superior à dos restantes países europeus, salvo casos como o da Suíça, em que os cursos estão maioritariamente direccionados para o ensino individualizado. Desde então a Direcção Geral do Ensino Superior (DGES) autorizou a criação de mais cursos em diferentes estabelecimentos — algo que não parece ter ocorrido noutros países, como a França e o Reino Unido. Com efeito, na página da internet da *La Fédération Française des Professionnels de la Conservation-Restauration* (FFCR) mantêm-se apenas 4 estabelecimentos de ensino, os mencionados na Tabela 2, reconhecidos pela presidente dos museus na *Circulaire*

2002/021 du 24 décembre 2002 relative à la restauration des biens des collections des musées de France [88]. O mesmo se verifica quanto ao Reino Unido, segundo a recolha de dados feita pelo ICON em 2013 [84].

## Agradecimentos

Agradeço à minha colega Joana Campelo e ao director da revista, António João Cruz, pelas revisões e sugestões que muito contribuíram para que continuasse a pesquisar e a melhorar o texto. Agradeço ainda à antiga bibliotecária do IIF, Nazaré Escobar.

## Referências

- 1 Cruz, A. J., ‘Em busca da imagem original: Luciano Freire e a teoria e a prática do restauro de pintura em Portugal cerca 1900’, *Conservar Património* 5 (2007) 67-83.
- 2 Freire, L., ‘Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos’, *Conservar Património* 5 (2007) 9-65.
- 3 Soares, C. M.; Rodrigues, R. M.; Cruz, A. J.; Rego, C., ‘Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX’, *ECR - Estudos de Conservação e Restauro* 4 (2012) 231-248, doi:10.7559/ecr.4.3095.
- 4 Cruz, A. J., ‘Ciência e conservação: Alguns problemas de uma relação frequentemente conflituosa, mas necessária’, in *Actas do I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro*, ed. G. V. Sousa, E. Vieira, CITAR, Porto (2012) 15-24.
- 5 Pérez, A. G., ‘Conservación de una escenografía barroca: el conjunto pictórico mural de la capilla mayor de la catedral de Badajoz’, in *VIII Jornadas de Arte e Ciência: Conservação e Restauro de Artes Decorativas de Aplicação Arquitectónica*, ed. G. V. Sousa, E. Vieira, CITAR, Porto (2014) 25-39.
- 6 ‘Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro’, *Diário da República – I Série-A* 39 (2002) 846-853, <http://dre.pt/pdf1s/dip/2001/02/039A00/08460853.pdf>.
- 7 ‘Referencial europeu das profissões museais’ (2008), ICOM Portugal, <http://www.icom-portugal.org/multimedia/File/ReferencialPT.pdf> (acesso em 27-11-2013).
- 8 Vaccaro, A. M., ‘The emergence of modern conservation theory’, in *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, ed. N. S. Price, M. K. Talley Jr. e A. M. Vaccaro, GCI, Los Angeles (1996) 202-211.
- 9 Pozzobon, B.; Brambatti, G.; Queruz, F., ‘As teorias de Camillo Boito e sua ligação com a intervenção para o Museu Rodin de Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci’, Centro Universitário Franciscano, <http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6889.pdf> (acesso em 5-9-2014).
- 10 Sease, C., ‘A short history of archaeological conservation’, in *Archaeological Conservation and its Consequences*, ed. A. Roy, P. Smith, IIC, London (1996) 157-161.
- 11 Oddy, A., ‘Harold Plenderleith and the conservation of antiquities and works of art’, *Intervención* 2(4) (2011) 56-62.
- 12 Darrow, E. J., ‘Pietro Edwards and the restoration of the public pictures of Venice, 1778-1819: necessity introduced these arts’, tese de doutoramento, University of Washington, Washington (2000).
- 13 Caple, C., *Conservation Skills: Judgement, Method and Decision Making*, Routledge, London (2000) cap. 4.
- 14 Ciechanska, M., Comunicação pessoal, Faculty of Conservation and Restoration of Works of Art, Academy of Fine Arts, Warsaw (14-2-2014).



- 15 'Series Editors' Preface', in Jokilehto, J., *A History of Architectural Conservation*, Routledge (2007) xi-xii.
- 16 Muller, N., 'Slowing the clock: art conservation at the Art Museum', *Record of the Art Museum, Princeton University* **59**(1/2) (2000) 2-15, doi:10.2307/3774798.
- 17 Caillot, M., 'La revue Mouseion (1927-1946) - Les musées et la coopération culturelle internationale', tese, Université de Sorbonne, Paris (2011).
- 18 'Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto', *Diário do Governo*, **124** (29-5-1911) 2244-2250, <https://dre.pt/application/file/593033>.
- 19 Capart, J.; Lameere, J., 'La conception modern du musée', *Mouseion* **12** (1930) 219-311.
- 20 Becker, L.; Schorsch, D., 'The practice of objects conservation in the Metropolitan Museum of Art (1870-1942)', *Metropolitan Museum Studies in Art, Science, and Technology* **1** (2010) 11-38.
- 21 'A finding aid to the George Leslie Stout papers 1855, 1897-1978', in *Archives of American Art*, Smithsonian Archives of the American Art, <http://www.aaa.si.edu/collections/george-leslie-stout-papers-13421> (acesso em 4-11-2014).
- 22 Allan, D. A., 'The staff', in *The Organization of Museums. Practical Advice*, Unesco, Paris (1960) 52-65.
- 23 'The conservator-restorer: a definition of the profession' (1984), ICOM-CC, [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/professions/Theconservator-restorer.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/professions/Theconservator-restorer.pdf) (acesso em 14-1-2014).
- 24 Price, N. S., 'Preface', in *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, ed. N. S. Price; M. K. Talley Jr. e A. M. Vaccaro, GCI, Los Angeles (1996) x-xvi.
- 25 Berducou, M., 'Introduction to archaeological conservation', in *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, ed. N. S. Price; M. K. Talley Jr. e A. M. Vaccaro, GCI (1996) 248-259.
- 26 'History of E.C.C.O.', European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations, <http://www.ecco-eu.org/about-e.c.c.o./history-of-e.c.c.o.html> (acesso em 21-1-2014).
- 27 'The ENCoRE document of constitution', European Network of Conservation-Restoration Education, <http://www.en-core-edu.org/ENCoREConstitution.html?tabindex=1&tab-id=187> (acesso em 21-1-2014).
- 28 Cruz, A. J., 'O restauro de pintura em Portugal no tempo de Luciano Freire', in *100 Anos de Património. Memória e Identidade. Portugal, 1910-2010*, ed. J. Custódio, IGESPAR, Lisboa (2010) 117-122.
- 29 Alves, L. M., 'Do empirismo à ciência. Um olhar sobre o percurso da conservação em Portugal do século XIX à actualidade', *Cadernos Conservação e Restauro* **3** (2005) 13-21.
- 30 Couto, J., *Os Painéis Flamengos da Ilha da Madeira*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Funchal (1955).
- 31 Leandro, S., 'Invisíveis e intangíveis nos estudos de arte: João Couto e o laboratório científico', in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, ed. R. F. Silva, N. Escobar e A. Pais, IPCR, Lisboa (2007) 83-96.
- 32 Carvalho, J. A., 'Os trabalhos de Luciano Freire por ele próprio: nota introdutória à edição de um relatório de um restaurador de pintura do início do século XX', *Conservar Património* **5** (2007) 5-8.
- 33 Cruz, A. J., 'O início da radiografia de obras de arte em Portugal e a relação entre a radiografia, a conservação e a política', *Conservar Património* **11** (2010) 13-32.
- 34 Quintela, M., comunicação pessoal, nora de Luis Quintela (01-07-2015).
- 35 Ribeiro, I.; Sousa, P., 'A ciência e a arte no IJF/IPCR', in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, ed. R. F. Silva, N. Escobar e A. Pais, IPCR, Lisboa (2007) 129-134.
- 36 Cruz, A. J., 'A radiografia no Laboratório para o Exame das Obras de Arte, do Museu Nacional de Arte Antiga (1936-1965)' in *100 Anos da Descoberta dos Raios X. A Radiação X no Desenvolvimento Científico e na Sociedade*, Universidade Nova, Lisboa (1995) 61-62.
- 37 Couto, J., *Aspectos Actuais do Problema do Tratamento das Pinturas*, edições Excelsior, Lisboa, 1952.
- 38 'Murray Pease dies', *Press Release News*, The Metropolitan Museum of Art, <http://libmma.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p16028coll12/id/1360> (acesso em 9-2-2015).
- 39 Coremans, P., 'Scientific research and the restoration of paintings', in *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, ed. N. S. Price, M. K. Talley Jr. and A. M. Vaccaro, GCI, Los Angeles (1996) 432-438.
- 40 'History', Doerner Institut, Munich, [http://www.doernerinstitut.de/en/geschichte/geschichte\\_1.html](http://www.doernerinstitut.de/en/geschichte/geschichte_1.html) (acesso em 14-2-2014).
- 41 'Studiengänge für Restaurierung', Staatliche Akademie der Bildenden Künste, Stuttgart, [http://www.siegl.de/\\_restaurierung/info/studium\\_de\\_080\\_stuttgart.html](http://www.siegl.de/_restaurierung/info/studium_de_080_stuttgart.html) (acesso em 14-1-2014).
- 42 Baatz, W., comunicação pessoal, Akademie der Bildenden Künste (15-2-2014).
- 43 Koller, M., 'Die restaurierwerkstätten des Bundesdenkmalamtes im Wiederaufbau', *Österreichische Zeitschrift für Kunst und Denkmalpflege*, **3-4** (2004) 454-471.
- 44 'L'histoire de l'IRPA', Institut Royal du Patrimoine Artistique, Bruxelles, <http://www.kikirpa.be/FR/112/163/History.htm>, (acesso em 14-1-2014).
- 45 'Histoire de l'école', École Nationale Supérieure des Arts Visuels de La Cambre, Bruxelles, <http://www.lacambre.be/index.php?nodeid=10> (acesso em 14-1-2014).
- 46 'The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Conservation', KADK Research Database, København, [http://www.re-ad.dk/en/organisations/kunstakademiets-konservatorskole\(cc7256fe-d718-470c-abdb-90ad686735e6\).html](http://www.re-ad.dk/en/organisations/kunstakademiets-konservatorskole(cc7256fe-d718-470c-abdb-90ad686735e6).html) (acesso em 14-2-2014).
- 47 'Decreto 2415/1961, de 16 de noviembre, por el que se crea el Instituto Central de Restauración y Conservación de Obras y Objetos de Arte, Arqueología y Etnología', in *Boletín Oficial del Estado* **292** (1961) 17273-17275, <https://www.boe.es/boe/dias/1961/12/07/pdfs/A17273-17275.pdf>.
- 48 'Orden por la que se aprueba el Reglamento de la Escuela de Artes Aplicadas a la Restauración del Instituto Central de Restauración y Conservación de Obras y Objetos de Arte, Arqueología y Etnología', *Boletín Oficial del Estado* **85** (1969) 5111-5112, <http://www.boe.es/boe/dias/1969/04/09/pdfs/A05111-05112.pdf>.
- 49 'About', ICA – Art Conservation, <http://www.ica-artconservation.org/about/> (acesso em 23-1-2014).
- 50 'Welcome to the conservation center', NYU – Institute of Fine Arts, <http://www.nyu.edu/gsas/dept/fineart/conservation/> (acesso em 23-1-2014).
- 51 'Présentation : historique', C2RMF, [http://www.c2rmf.fr/homes/home\\_id21888\\_u112.htm](http://www.c2rmf.fr/homes/home_id21888_u112.htm) (acesso em 14-2-2014).
- 52 'Elèves et anciens élèves', Institut National du Patrimoine, Paris, [http://www.inp.fr/index.php/restaurer\\_1\\_excellence\\_a\\_1\\_oeuvre\\_vitrines\\_du\\_peristyle\\_et\\_de\\_la\\_galerie\\_de\\_valois](http://www.inp.fr/index.php/restaurer_1_excellence_a_1_oeuvre_vitrines_du_peristyle_et_de_la_galerie_de_valois) (acesso em 14-2-2014).
- 53 'La storia dell'istituto', Istituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro, Roma, <http://www.icr.beniculturali.it/pagina.cfm?usz=1&uid=9> (acesso em 14-2-2014).

- 54 'Academy of Fine Arts in Warsaw', Academy of Fine Arts in Warsaw, Warsaw, [http://www.asp.waw.pl/V\\_FIFD/OTHER/kalendarium.pdf](http://www.asp.waw.pl/V_FIFD/OTHER/kalendarium.pdf) (acesso em 23-1-2014).
- 55 'Decreto-Lei n.º 46758', *Diário do Governo – I Série* **286** (1965) 1696-1705 Lisboa, <http://dre.pt/pdfgratis/1965/12/28600.pdf>.
- 56 'Despacho Normativo n.º 143/84', *Diário da República – I Série* **195** (23-8-1984) 2591, <http://www.dre.pt/pdf1s/1984/08/19500/25912591.pdf>.
- 57 'Portaria n.º 623/89, de 5 de Agosto', *Diário da República – I Série* **179** (1989) 3141, <http://www.dre.pt/pdf1s/1989/08/17900/31413141.pdf>.
- 58 'Decreto-Lei n.º 431/89, de 16 de Dezembro', *Diário da República – I Série* **288** (1989) 5439-5441, <http://www.dre.pt/pdf1s/1989/12/28800/54395441.pdf>.
- 59 Lotti, H., comunicação pessoal, Courtauld Institute (10-2-2014).
- 60 'The institute', SIK-ISEA, <http://www.sik-isea.ch/%C3%9Cberuns/tabid/61/Default.aspx> (acesso em 23-1-2014).
- 61 Weyer, C., comunicação pessoal, Restaurierungszentrum der Landeshauptstadt Düsseldorf / Schenkung Henkel (5-5-2014).
- 62 Curvelo, A., 'O Instituto José de Figueiredo entre 1965-1999', in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, ed. R. F. Silva, N. Escobar e A. Pais, IPCR, Lisboa (2007) 119-128.
- 63 *Training in the Conservation of Paintings - Report of a committee to consider the establishment of an institute for training in the conservation of paintings and drawings*, Calouste Gulbenkian Foundation, London (1972).
- 64 Imhoff, H.-C., 'Conservator-restorers of material cultural heritage - their profession and legal situation, in non-legal terms', *Newsletter of Working Group on Theory and History of Conservation* **11** (2004) 7-18.
- 65 Tautschnig, G., 'High level education of conservator-restorers and recognition of the profession' in *Conbebor – Ricerca Comparata. Conservatori-restauratori di Beni Culturali in Europa – Centri ed Istituti di Formazione*, Associazione Giovanni Secco Suardo, Lurano (2000) 457-458.
- 66 Simões, P., 'Da história da conservação e do restauro: das origens ao Portugal Oitocentista', in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, ed. R. F. Silva, N. Escobar e A. Pais, IPCR, Lisboa (2007) 17-40.
- 67 Sousa, R., 'Ensino superior artístico – derivas das reformas de papel ou as imagens convenientes à impotência política' in *Chiado: Efervescência Urbana Artística e Literária de um Lugar*, CIEBA, Lisboa (2010) 222-238.
- 68 Couto, J., 'Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte', in *A Obra do Dr. João Couto no Museu Nacional de Arte Antiga*, MNAA, Lisboa (1967).
- 69 'Decreto-Lei n.º 245/80, de 22 de Julho', *Diário da República – I Série* **167** (1980) 1800-1804, <http://www.dre.pt/pdf1s/1980/07/16700/18001804.pdf>.
- 70 Remígio, A., 'O Decreto-Lei n.º 140/2009 como instrumento para a salvaguarda do património cultural e o reconhecimento do papel do conservador-restaurador em Portugal', *Conservar Património* **12** (2010) 43-50.
- 71 'Presidência do Conselho de Ministros – Despacho, de 26 de Fevereiro', *Diário da República – II Série* **173** (30-7-1987) 9436.
- 72 Figueira, F., 'Desvalorização da carreira específica de técnico de conservação e restauro face ao seu posicionamento em 1980' *Boletim da ARP* **1**(4) (1998) 9-10.
- 73 'Portaria n.º 1182/90, de 5 de Dezembro', *Diário da República – I Série* **280** (1990) 4982-4983, <https://www.dre.pt/pdf1s/1990/12/28000/49824983.pdf>.
- 74 'Portaria n.º 413-E/98, de 17 de Julho', *Diário da República – I Série-B* **163** (1998) 3470(12)-3170(23), <https://dre.pt/application/file/429541>.
- 75 'Decreto-Lei n.º 356/99, de 11 de Setembro', *Diário da República – I Série-A* **213** (1999) 6276-6277, <http://www.dre.pt/pdf1s/1999/09/213A00/62766277.pdf>.
- 76 'Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio', *Diário da República – I Série-A* **99** (2006) 3474-3483, <http://dre.pt/pdf1s/2006/05/099A00/34743483.pdf>.
- 77 'Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março', *Diário da República – I Série-A* **54** (2014) 2074-2081, <https://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/05400/0207402081.pdf>.
- 78 'Portaria n.º 605/80, de 13 de Setembro', *Diário da República – I Série* **212** (13-9-1980) 2634-2635, <https://www.dre.pt/pdf1s/1980/09/21200/26342635.pdf>.
- 79 'Quem somos', Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, <http://www.escoladopatrimonio.web.pt/qsomos.php> (acesso em 14-1-2014).
- 80 'Áreas e sub-áreas de formação – CIME' (2003)', Talents – Associação Nacional de Formadores e Técnicos de Formação, [http://www.talents.pt/documentos/formularios/Tabela\\_das\\_Areas\\_de\\_Formacao\\_CIME.pdf](http://www.talents.pt/documentos/formularios/Tabela_das_Areas_de_Formacao_CIME.pdf) (acesso em 2-5-2014).
- 81 'Classificação nacional de áreas de educação e formação', Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, <http://www.dgeec.mec.pt/np4/171/?form&page=0> (acesso em 2-5-2014).
- 82 'Instituições de ensino com formação em áreas relacionadas com o património', DGPC, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/formacaoempatrimonio/> (acesso em 13-5-2014).
- 83 'Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março', *Diário da República – I Série* **67** (1980) 493-501, <https://dre.pt/application/file/678361>.
- 84 Aitchinson, K., *Conservation Labour Market Intelligence. 2012-13*, Icon: the Institute of Conservation, London (2013), <http://www.icon.org.uk/images/stories/downloads/clmi%20report.pdf>.
- 85 'Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho', *Diário da República – I.ª Série* **113** (2009) 3653-3659, <https://dre.pt/application/file/494681>.
- 86 'Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación', *Boletín Oficial del Estado* **106** (4-5-2006) 17158-17207, <http://www.boe.es/boe/dias/2006/05/04/pdfs/A17158-17207.pdf>.
- 87 Magalhães, I. R.; Candeias, A.; Campelo, J.; Figueira, F., 'O percurso do conservador-restaurador em Portugal' in *Actas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, ICOM.pt, Lisboa (2012).
- 88 'Circulaire 2002/021 du 24 décembre 2002', *Bulletin Officiel – Ministère de la Culture et de la Communication* **134** (2002) 34-38, [http://www.culture.gouv.fr/culture/infos-pratiques/bo/bo\\_pdf/2002/bo134.pdf](http://www.culture.gouv.fr/culture/infos-pratiques/bo/bo_pdf/2002/bo134.pdf).

**Recebido:** 17 de Maio de 2014

**Revisto:** 5 de Julho de 2015

**Aceite:** 6 de Julho de 2015

**Online:** 24 de Julho de 2015



Licenciado sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada.

Para ver uma cópia desta licença, visite  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt>.